


SEÇÃO ARTIGOS

**Ordenando um discurso “verde” corporativo:
usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade**

**Ordering a corporate “green” discourse:
sociopolitical uses of ecological modernization and the sustainability consensus**

**Ordenando un discurso “verde” corporativo:
usos sociopolíticos de la modernización ecológica y el consenso de la sostenibilidad**

DOI: <https://doi.org/10.22409/bhj20021>

 [Andrés Jiménez-Corrales](#)¹
Universidade Federal Fluminense (UFF),
Niterói, Brasil.
e-mail: ajimenez2812@gmail.com

Resumo

A crise ecológica e climática tornou-se um dos maiores desafios contemporâneos. Mas como o mundo empresarial reage e se adapta às pressões geradas a partir desta crise? Este artigo analisa os componentes que constituem uma ordem do discurso “verde” corporativo sob processos de modernização ecológica e o desenvolvimento do consenso da sustentabilidade, visando legitimar práticas empresariais e neutralizar críticas às suas operações. Com base na análise do conteúdo das palestras do *side event Business & Climate Ambition* do Pacto Global-Rede Brasil, realizado em novembro de 2024 na COP-29, em Baku, revisão de páginas corporativas e literatura acadêmica, examina-se como esse discurso desvia o foco das causas estruturais da crise, dilui desigualdades e apresenta mudanças “cosméticas” que preservam as condições dominantes. Identificam-se quatro componentes centrais que articulam a ordem do discurso: articulações entre agentes na constituição de espaços de consenso, valorizações dominantes frente aos problemas ambientais, formas de transformação do governo empresarial frente à crise e mecanismos de circulação de capital mediante financiamento. Conclui-se que a ordem do discurso verde corporativo serve como uma estratégia sociopolítica para criar condições adequadas para o desenvolvimento empresarial em contextos de crise ecológica-climática.

Palavras-chave

Ordem do discurso; Modernização ecológica; Consenso; Empresas; Crise ecológica.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade da Costa Rica. Atualmente, é doutorando em Sociologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista da Universidade da Costa Rica e do projeto internacional de pesquisa “*Turning Land into Capital: Historical Conjunctures of (Re-)Production of Wealth in Latin America from the 19th to the 21st century*”, financiado pela Fundação Volkswagen.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

The ecological and climate crisis has become one of the greatest contemporary challenges. But how does the business world react and adapt to the pressures generated by this crisis? This article analyzes the components that constitute a corporate “green” discourse order under processes of ecological modernization and the development of a sustainability consensus, aiming to legitimize business practices and neutralize criticism of their operations. Based on an analysis of the content of the lectures at the Global Compact Network Brazil's Business & Climate Ambition side event, held at COP-29 in Baku in November 2024, a review of corporate websites and academic literature, we examine how this discourse diverts attention from the structural causes of the crisis, dilutes inequalities, and presents “cosmetic” changes that preserve the prevailing conditions. Four central components that articulate the order of discourse are identified: articulations between agents in the constitution of spaces of consensus, dominant valuations in the face of environmental problems, forms of transformation of corporate governance in the face of the crisis, and mechanisms of capital circulation through financing. It is concluded that the order of corporate green discourse order serves as a sociopolitical strategy to create conditions conducive to business development in contexts of ecological and climate crisis.

Keywords

Order of discourse; Ecological modernization; Consensus; Companies; Ecological crisis.

Resumen

La crisis ecológica y climática se ha convertido en uno de los mayores desafíos contemporáneos. Pero, ¿cómo reacciona y se adapta el mundo empresarial a las presiones generadas por esta crisis? Este artículo analiza los componentes que constituyen un orden del discurso «verde» corporativo en el marco de procesos de modernización ecológica y el desarrollo del consenso sobre la sostenibilidad, con el fin de legitimar las prácticas empresariales y neutralizar las críticas a sus operaciones. Basándose en el análisis del contenido de las conferencias del *side event Business & Climate Ambition* del Pacto Global-Red Brasil, celebrado en la COP-29, en Bakú, en noviembre de 2024, la revisión de páginas corporativas y de organismos internacionales, así como de literatura académica, se examina cómo este discurso desvía la atención de las causas estructurales de la crisis, diluye las desigualdades y presenta cambios “cosméticos” que preservan las condiciones dominantes de producción. Se identifican cuatro componentes centrales que articulan el orden del discurso: articulaciones entre agentes en la constitución de espacios de consenso, valoraciones dominantes frente a los problemas ambientales, formas de transformación del gobierno empresarial frente a la crisis y mecanismos de circulación de capital mediante financiamiento. Se concluye que el orden del discurso verde corporativo sirve como estrategia sociopolítica para crear condiciones adecuadas para el desarrollo empresarial en contextos de crisis ecológica y climática.

Palabras clave

Orden del discurso; Modernización ecológica; Consenso; Empresas; Crisis ecológica.

Introdução

Em novembro de 2024, em um painel desenvolvido na 29ª Conferência das Partes (COP-29) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Baku, Azerbaijão, Flávia Martins, gerente de *marketing* do Pacto Global-Rede Brasil da ONU, iniciativa voltada à sustentabilidade no mundo empresarial, abriu sua fala com as seguintes palavras: “Hoje, dia 13 de novembro de 2024, nos reunimos para reafirmar o nosso compromisso com uma agenda climática e ambiental ousada, mas absolutamente necessária”

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

(Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). Essa citação nos remete ao lugar que a questão ambiental tem ocupado como componente essencial no mundo empresarial, além de permitir refletir sobre a ordem do discurso “verde” que tem sido construído para posicionar as empresas como agentes responsáveis ambientalmente.

Desse modo, busca-se neste artigo analisar a constituição de uma ordem do discurso “verde” corporativo como um campo que articula agentes, cria consensos e valorizações, estabelece formas de governo para os problemas ambientais, assim como abre novas oportunidades para a circulação de capital mediante financiamento. Para isso, tomamos como estudo de caso o *side event*² intitulado “*Business & Climate Ambition*”, organizado pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU, durante a COP-29. Complementarmente, revisamos as páginas corporativas e de organismos internacionais, junto à literatura acadêmica, visando criar uma estrutura de análise para compreender alguns dos componentes presentes nessa ordem do discurso e seus usos sociopolíticos no mundo contemporâneo.

Frente às crescentes externalizações da crise ecológica global e às demandas por ação por parte de organismos internacionais, academia, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, o mundo empresarial se viu ante a necessidade de criar um discurso que legitimasse seu papel social e permitisse a reprodução de dinâmicas de acumulação de capital. Isso criou condições de possibilidade para a emergência de processos de modernização ecológica nas empresas, representando uma estratégia de poder que busca combater as externalidades negativas da produção corporativa capitalista. Para isso, incluem ações de gestão e controle ambiental em sua produção visando diminuir os impactos prejudiciais de suas operações (Hajer, 1995; Harvey, 2017; Milanez, 2009; Mol; Spaargaren, 2000).

A seguir, apresentam-se algumas orientações teórico-metodológicas articuladas em torno do discurso corrente sob o contexto do desenvolvimento da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. Ademais, serão expostas as categorias de análise construídas em diálogo com a teoria para o estudo em tela. Posteriormente, sintetizam-se os componentes que constroem uma ordem do discurso “verde” corporativo observado nas falas do evento do Pacto

² Um *side event* representa uma reunião paralela ou atividade complementar realizada à margem da programação oficial, nosso caso, da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em 2024.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544

Global-Rede Brasil na COP-29. Nas reflexões finais, constrói-se uma interpretação crítica do discurso “verde” empresarial e sua funcionalidade sociopolítica no capitalismo.

Modernização ecológica corporativa: orientações teórico-metodológicas

O capitalismo é um sistema intrinsecamente propenso a crises, dado que suas contradições internas se baseiam na busca pelo crescimento ilimitado, mesmo quando as condições de existência — natureza, trabalho humano e consumo — são finitas (Bookchin, 2010; Harvey, 2014; Moore, 2020; O’Connor, 2000). A história do capitalismo demonstra que as crises podem se converter em mecanismos estratégicos para criar novas configurações para sua sobrevivência, uma vez que nesses momentos, tal como na destruição criativa de formas-conteúdos ou no deslocamento espaço-temporal da produção ou do consumo, criam-se condições para sua reprodução (González, 2020; Harvey, 2005, 2014, 2017; Smith, 2020). Em consequência, o capitalismo prospera como um sistema criativo e produtivo, constantemente reorganizando relações socioecológicas em todas as escalas geográficas e reconfigurando os vínculos entre trabalho, natureza, energia, reprodução e condições de vida (Moore, 2022).

A crise ecológica representa mais uma variante das crises do capitalismo. O seu desenvolvimento começou a se concretizar há mais de 500 anos, com a globalização do sistema capitalista como modelo hegemônico e seus modos intensivos de dominação e exploração da natureza (Moore, 2020, 2022; Patel; Moore, 2018). A constituição dessa crise esteve acompanhada da instauração de uma racionalidade e da construção de uma visão de mundo dirigida desde o “Ocidente”. Esse procedimento se estabeleceu e espalhou globalmente mediante a força e apagamento da alteridade humana e mais-que-humana, além de hegemonizar um modelo civilizatório de organização das relações ecológicas e de ocupação territorial predatória e violenta para com a natureza, outros povos e outras cosmovisões (Escobar, 2022).

Em seu desenvolvimento, a crise ecológica carrega e reproduz as contradições da sociedade que a criou. Como exemplo, apesar de as temperaturas da superfície global terem sido aproximadamente 1,1 °C maiores nas primeiras duas décadas do século XXI, em comparação às registradas em 1850–1900 (IPCC, 2023), os efeitos negativos dessa mudança são experimentados desigualmente pela população global, afetando com maior intensidade as populações vulneráveis (pessoas em estado de pobreza, racializadas ou excluídas) frente a

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

eventos hidrometeorológicos mais intensos. Esse incremento de temperaturas foi potencializado pela atividade humana, especificamente pela emissão de gases de efeito estufa (GEE) (IPCC, 2023) — contudo, as contribuições para esse efeito se deram de forma desigual. Entre 1850 e 2019, a América do Norte e a Europa foram responsáveis por aproximadamente 40% do total de emissões de CO₂ globais, em sua maioria pelo uso de combustíveis fósseis e emissões industriais (IPCC, 2023).

Como consequência, a produção e concreção da crise ecológica parece estar territorializando novas (des)ordens globais, criando assim novas configurações da existência condicionada e reprodutora de uma estrutura social desigual e injusta herdada. Por isso, neste trabalho, interessa construir uma leitura que busque “desnaturalizar” a crise ecológica, não para negar o lugar do “natural”, mas para promover uma visão que inter-relacione o social e o natural como duas realidades que estão se coproduzindo. Nesse sentido, Mol e Spaargaren (2000) argumentam que o social não pode ser analisado de forma isolada, separada e externa à natureza devido ao caráter inteiramente materialista das sociedades modernas, que posiciona o “projeto humano” como produção codependente da natureza (Mol; Spaargaren, 2000).

Na geografia histórica do capitalismo, as preocupações ambientais vêm sendo um eixo central das mudanças constantes do sistema (Mol; Spaargaren, 2000), desenvolvendo adaptações ou ajustes que permitiram reproduzir as relações entre sociedade, modo de produção e natureza. Por isso, pode-se afirmar que o capitalismo desenvolve uma “práxis-mundo” mediante a qual produz uma realidade que sustenta suas lógicas de acumulação de capital. Nesse âmbito, destaca-se a capacidade de inovação simbólica e material, que permitiu superar seus próprios limites intrínsecos (em suas formas de produzir e acumular) e extrínsecos (em sua apropriação da natureza e trabalho humano) (Moore, 2022).

As crises, incluindo a sua expressão ecológica contemporânea, são tentativamente superadas mediante o desenvolvimento de ações criativas que reacomodam as estruturas e condições de produção. Nesse sentido, as crises constituem momentos propícios para a promoção de mudanças nas instituições, formas de pensamento, ideologias dominantes, alianças entre agentes, organizações e relações sociais, assim como nas tecnologias (Harvey, 2014). Assim, entre as estratégias empregadas para a superação de crises estão os processos de

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

modernização, por meio dos quais os agentes dominantes produzem discursos de legitimação a fim de coibir contestações e garantir sua sustentação espaço-temporal (Chamayou, 2020).

Diante da crise ecológica contemporânea, a modernização ecológica se posicionou como uma estratégia corporativa para superar os questionamentos sociais e as demandas do momento histórico. Esse tipo de modernização começou a se constituir a partir da década de 1970, quando os “fluxos ambientais” apareceram, novamente, na vida social como um elemento a ser manejado, governado e otimizado para evitar danos sociais e ambientais irreversíveis (Mol; Spaargaren, 2005). Com isso, mais uma vez, o capitalismo seria transformado pelas preocupações ambientais (Mol; Spaargaren, 2000), mas agora posicionando o ambiental como discurso central de articulação de instituições, políticas públicas, práticas e narrativas corporativas, além da criação de novas mercadorias com aspecto “verde”.

A teoria da modernização ecológica, consolidada na década de 1980 (Hajer, 1995; Mol; Spaargaren, 2000), busca criar uma unidade — não conflitiva — entre “[...] as doutrinas da eficiência da produção e o funcionamento eficiente e equitativo dos agregados ecológicos”³ (Harvey, 2017, p. 479, tradução nossa). Para isso, prioriza a inovação “ambiental” como eixo central da modernização, apostando na implementação de mudanças nos processos de produção para reduzir as externalidades negativas da produção por meio de novas tecnologias (Milanez, 2009). Essa perspectiva reformista concebe a crise ecológica como um desajuste nas formas de produção, e não como um problema estrutural dos modos de organização socioecológicos do sistema capitalista. Essa teoria está baseada em quatro pressupostos básicos:

[...] confiança no desenvolvimento científico e tecnológico; preferência por soluções preventivas para os problemas ambientais; possibilidade de se alcançar, simultaneamente, objetivos ambientais e econômicos; e envolvimento direto e cooperativo na tomada de decisão (Milanez, 2009, p. 78).

Na sequência, a materialização da modernização ecológica representou uma mudança no mundo empresarial que buscava criar, mediante a implementação dos pressupostos apresentados, novas mercadorias desenvolvidas em escala global (Mol; Spaargaren, 2005). Essa modernização articulou um novo mercado em torno dos “bens mais ecológicos”, criando formas

³ No original: “las doctrinas de la eficiencia en la producción y del eficiente y equitativo funcionamiento de los agregados ecológicos”.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544

de mercantilização, comercialização e financeirização da natureza que constituíam novas oportunidades de negócios para as empresas (Smith, 2015).

A modernização ecológica é exercida via desenvolvimento de formas-conteúdo discursivas na sociedade. No livro *A ordem do discurso*, Michel Foucault coloca o discurso como produto articulador e mediador de relações de poder que, por isso, não representa “uma coisa trivial”, mas sim um campo de desenvolvimento de políticas e desejos. A ordem do discurso, como situação que envolve a sociedade, está validada por instituições que conferem poder aos discursos, procurando, mediante a criação de significantes, estabelecer uma “vontade de verdade”. Essa vontade, em seu desenvolvimento, gera formas de exclusão apoiadas por instituições, e exerce sobre outros discursos “uma espécie de pressão e um certo poder de constrangimento⁴” (Foucault, 1992, p. 11).

Seguindo o diálogo com Foucault, pode-se acrescentar que toda produção dos discursos, em sua vontade de verdade, são controlados, selecionados e distribuídos por diversos procedimentos de instituições e agentes na intenção de dominar os acontecimentos (Foucault, 1992). Em relação à modernização ecológica, interessa destacar que sua ordem do discurso está sustentada em uma “racionalidade ecológica”, articulada e sustentada em diversos conceitos como “[...] contabilidade e escrituração ambiental, relatórios ambientais anuais, PIB verde, eficiência ambiental, produtividade ambiental, auditoria ambiental”⁵ (Mol; Spaargaren, 2000, p. 27–28). Poder-se-ia acrescentar uma multiplicidade de conceitos e palavras surgidas no decorrer do tempo, mas interessa aqui argumentar que esses elementos constituem a ordem do discurso “verde”, baseada em uma doutrina de saber — a modernização ecológica — que controla suas formas e seus conteúdos (Foucault, 1992).

A ordem do discurso “verde” — compreendida como um conjunto de discursos sustentados em saberes criados e exercidos em torno da gestão de problemas ambientais — representa um campo de luta no qual diversos agentes buscam a apropriação e o controle da arena de discussão, visando com isso concretizar ou reproduzir um sistema de dominação (Foucault, 1992). Nesse sentido, a modernização ecológica está apoiada e se inscreve em outros

⁴ No original: “una especie de presión y como un poder de coacción”

⁵ No original: “[...] environmental accounting and bookkeeping, annual environmental reports, green GNP, environmental efficiency, environmental productivity, environmental auditing”.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544

discursos, tal como a sustentabilidade, contribuindo para complementar a estruturação dessa ordem do discurso “verde”. A emergência do discurso da sustentabilidade foi central para o desenvolvimento da modernização ecológica no mundo empresarial, uma vez que representou uma “ideia-força” que articulou uma “vontade de verdade” frente à crise ecológica, abrindo condições de possibilidade para a formulação e execução de práticas ditas ambientais, bem como a geração de um discurso que delimitou mecanismos de superação da crise.

A sustentabilidade se entronizou no debate internacional após a publicação do Relatório Brundtland (1987) e do relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro. A partir desse momento, começou a ser construído um consenso, compreendido, desde uma perspectiva gramsciana, como uma constituição de alianças entre agentes e setores, assim como um mecanismo de expansão de uma visão de mundo que articula interesses, demandas ou necessidades em um projeto político e ideológico (Alvarez, 2016). Nesse sentido, Jiménez (2025) argumenta que esses relatórios foram uma peça-chave na constituição de um “consenso moral da sustentabilidade”, funcionando como articulador de ações multiescala em temas ambientais e climáticos. Esse consenso estaria caracterizado por cinco elementos:

1. Reconhecer a crise climática como um problema e uma preocupação em escala global, pensada como um fato compartilhado e responsabilidade de toda a sociedade;
2. Posicionar os gases de efeito estufa como “inimigo comum” que devem ser “combatidos” por todas as pessoas, grupos ou Estados, sem reconhecer as desigualdades em sua produção;
3. Estabelecer a escala nacional (na figura dos Estados) como recorte idôneo para gerar política para resolver um problema global, demandando uma atuação obrigatória, coordenada e responsável pelos países;
4. Posicionar hierarquicamente a técnica, a tecnologia e a economia como variáveis centrais para viabilizar e justificar toda solução; e
5. Criar um estado de alerta e de urgência na opinião pública, o que permitiria mobilizar e amparar como necessária para a humanidade qualquer ação proposta para o clima (Jiménez, 2025, p. 261).

Esse consenso é dinâmico, adaptando-se às condições e demandas conjunturais do momento, além de comportar projetos de acumulação de capital. Consequentemente, durante a segunda década do século XXI, foi estabelecido um novo consenso. Bringel e Svampa (2023) o denominaram como “consenso da descarbonização”, baseado no acordo pela necessidade de transicionar de uma matriz energética com predomínio de combustíveis fósseis para outra baseada em energias renováveis, mas sem executar mudanças nos padrões de consumo energético e nem nas relações depredadoras da natureza (Bringel; Svampa, 2023). Isso abriu

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

novas oportunidades de negócio — como a mineração de lítio ou a geração de projetos de energia eólica —, provocando diversas consequências negativas, tais como a destruição de ecossistemas ou o deslocamento forçado de populações. Em suma, esses dois consensos estão inseridos no reconhecimento geral, tanto político como científico, da mudança climática como fato em curso. Mas, apesar dos dados científicos que respaldam a existência dessa mudança e das políticas multilaterais que desenvolvem ações para sua mitigação, a realidade é pior hoje do que no início do século XXI (Swyngedouw, 2021), sinalizando um desafio político que leva ao entendimento da ordem do discurso “verde” como um mecanismo consensual que cria condições para sustentar e intensificar as causas da crise, ainda que seja ofertada como solução.

A ordem do discurso “verde”, fundamentada na modernização ecológica e no consenso da sustentabilidade, contribuiu para o estabelecimento e delimitação de um horizonte para a solução dos problemas “ambientais”, organizando as relações sociais e definindo princípios para a formulação de políticas (Hajer, 1995). Sua força social hegemônica reside em comunicar a ideia de que, por meio da execução de ações enquadradas nesse projeto político, seria possível compreender e resolver a complexidade da crise ecológica (González, 2020).

As grandes corporações formaram parte da constituição da ordem do discurso “verde”, que, como objeto do desejo, estabelece um campo de forças e de luta pela sua definição e apropriação, além de gerar exclusões de sujeitos, visões de mundo e demandas (Foucault, 1992). Além disso, as empresas recorreram esse discurso como uma estratégia de poder de antecipação (Acsehrad, 2010), buscando posicionar-se em uma condição vantajosa no campo de forças e criar um “ambiente” propício para prevenir e desarticular críticas sociais, garantido sua hegemonia e continuidade (Boltanski; Chiapello, 2009; Lopes, 2006).

Em síntese, a modernização ecológica será compreendida como um processo de ajuste reformista do mundo empresarial que, ao mesmo tempo, é constituinte de uma ordem discursiva que articula uma vontade de verdade, dirige a construção de consensos sobre valorizações do problema e suas possíveis saídas adequadas, e desenvolve mudanças na organização empresarial. Essa forma de atuação representa uma forma de “atualização” dos modos dominantes de produção capitalista, que adotam as demandas ambientais, mas recusam uma transformação profunda das relações sociedade-natureza. Desse modo, interessa destacar que

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

esse proceder não é neutro, pelo contrário, está mediado pelos interesses políticos dos agentes que constroem, praticam e reproduzem essa ordem do discurso.

Diante do apresentado, neste trabalho serão analisadas expressões da ordem do discurso “verde” corporativo em relação à modernização ecológica. Como recorte empírico de análise, selecionou-se o evento da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, realizado durante a COP-29 em Baku, Azerbaijão, em novembro de 2024. Lançada em 2000, a iniciativa funciona como uma plataforma para reunir empresas em torno do tema da sustentabilidade. Essa rede busca impulsionar uma adaptação das operações e estratégias empresariais, alinhando-as aos Dez Princípios do Pacto em áreas como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção, além de incentivar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de uma iniciativa de adesão voluntária, que oferece às empresas boas práticas, recursos e eventos de *networking* para promover o que chamam de “crescimento sustentável” (Pacto Global-Rede Brasil, s/d; UN Global Compact, s/d).

Durante a COP-29, a Rede Brasil promoveu um *side event* intitulado “*Business & Climate Ambition*”, espaço dedicado ao intercâmbio empresarial para “fomentar iniciativas e soluções sustentáveis para o enfrentamento das emergências climáticas” (Pacto Global-Rede Brasil, 2024). Realizado em 13 de novembro de 2024 e transmitido pela plataforma do *YouTube*, o evento contou com sete painéis, duas conferências e três reconhecimentos a empresas, totalizando cerca de sete horas de programação (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). Este evento foi escolhido para análise por representar uma atividade que teve expressão oficial na COP-29, além de integrar uma rede de cooperação e reunir diversas empresas. Por isso, representou uma oportunidade para escutar e analisar a ordem do discurso “verde” que permeia o mundo empresarial frente à crise ecológica.

As falas do evento estiveram organizadas conforme os seguintes temas: fundos climáticos, captação e investimentos em projetos sustentáveis, emissão de títulos verdes para empresas, economia verde, ação climática, além de espaços para expor temas e desafios, assim como debater a agenda rumo à COP-30, a ser sediada no Brasil em 2025. Metodologicamente, o conteúdo dos painéis foi transcrito integralmente utilizando a ferramenta online “*YTScribe*”, com posterior edição manual para aprimoramento do resultado. O conteúdo foi então analisado e categorizado em função da abordagem teórica apresentada, gerando categorias em diálogo e

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

adaptadas à informação empírica. Essas categorias foram: 1. Articulação de agentes e construção de consensos; 2. Valorizações do problema; 3. Formas de governo; e 4. Mecanismos de financiamento. Nas próximas seções, apresentam-se os resultados obtidos a partir das cinco categorias acima, visando compreender, desde um caso empírico, alguns dos conteúdos da ordem do discurso “verde” corporativo construído em contextos de modernização ecológica.

Articulações entre agentes e construção de consensos

A modernização ecológica tem como eixo central a articulação de agentes via alianças como estratégia para propor soluções para os problemas ambientais gerados pelo modo de produção capitalista (Hajer, 1995; Milanez, 2009; Mol; Spaargaren, 2000). Uma das formas dominantes pelas quais essas alianças são constituídas é a realização de diversas reuniões globais sobre questões ambientais e climáticas, as quais possibilitam legitimar esse proceder e validar as ações desenhadas sob o amparo de uma ordem discursiva. Esses espaços permitem articular agentes e institucionalizar valorizações e soluções aos problemas ambientais, sustentados na produção de uma ordem do discurso com vontade de verdade (Foucault, 1992). Simultaneamente, esses eventos, na articulação de agentes, permitem construir consensos que, constituindo relações de poder, se desenvolvem em campos de saber cuja interação institui novas relações de poder (Machado, 1984). Por isso, na construção da ordem do discurso, esses espaços são apresentados como objetivos e despolitizados, assim como o “lugar” desde onde surgiram as soluções necessárias para evitar mudanças radicais no sistema global.

Frente a essa realidade, têm-se, por um lado, a Conferência das Partes (COP) e, por outro, a Rede do Pacto Global como dois espaços institucionalizados que (re)produzem, legitimam e validam um discurso “verde” mediante a articulação de diferentes agentes. A COP se estabeleceu como um espaço político de discussão, tomada de decisões e fiscalização das ações no mundo, realizando anualmente uma reunião entre os países membros⁶ (National Geographic Brasil, 2023; UNFCCC, s/d). Em seu desenvolvimento, integram-se outros agentes nas discussões — empresas, cientistas, movimentos sociais e ONGs — para estabelecer acordos multilaterais. Partindo de uma perspectiva empresarial, Flávia Martins, gerente de *marketing*

⁶ A primeira COP foi realizada em Berlin, Alemanha, em 1994. Até o ano 2024, haviam-se realizado 29 reuniões. A reunião do ano 2025 se dará no mês de novembro em Belém do Pará, no Brasil.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

do referido Pacto Global-Rede Brasil, expressou, ao se referir à COP, que ela é “[...] um dos principais palcos para a discussão do futuro de nosso planeta”, acrescentando depois que “[...] não é apenas [um lugar para] falar de clima, aqui discutimos o ecossistema ambiental como um todo” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). Em suma, a COP se produz como um espaço consensual e lugar de construção do futuro na ordem do discurso “verde”.

Na construção desse espaço consensual, o Pacto Global da ONU⁷ assumiu o papel de articular e incorporar o mundo empresarial na COP, assim como na ordem do discurso “verde”, mediante sua institucionalização. Rubens Filho, gerente executivo de meio ambiente do Pacto, sinalizou que essa organização “[...] tem um propósito nobre de engajar vocês [empresas] e trazer vocês para dentro dessa grande jornada”, acrescentando que sua funcionalidade é “de unir vocês, empresas a governo, e também sociedade civil, para a gente conseguir juntos trazer resultados significativos para as nossas ações” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

A Rede Brasil do Pacto Global, instituição que organizou o evento, foi criada em 2003 e se destaca por ser “[...] a segunda maior rede local do mundo, com mais de 1900 participantes [...]” (Pacto Global-Rede Brasil, s/d). No palco da COP-29, essa rede é apresentada por Luis Pires, gerente de sustentabilidade e inovação da AMBIMA⁸, como a “[...] casa da sustentabilidade para as empresas no Brasil” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). Isso sinaliza sua abrangência e sua importância na construção de um discurso “verde” corporativo que estabelece uma visão do mundo e apaga todo conflito social, baseado no consenso da sustentabilidade. Nessa construção de consensos, sustentada em uma ordem do discurso “verde”, os problemas ambientais e desafios globais são conceitualizados como “oportunidades de ação concreta [...] [para gerar] impacto positivo”⁹ (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

A Rede Brasil do Pacto Global, como instituição legitimada na ordem do discurso, exerce um poder de validação, mas também de exibição das ações empresariais. Por outro lado, representa uma estratégia para estabelecer e articular a ordem do discurso “verde” no mundo

⁷ O Pacto Global é uma iniciativa impulsionada e validada pela ONU que busca impulsionar a sustentabilidade corporativa (Pacto Global-Rede Brasil, s/d). Essa institucionalização coloca o Pacto em relações de poder, validando e legitimando seu discurso.

⁸ Associação Brasileira das Empresas do Mercado Financeiro de Capitais (AMBIMA), é uma organização brasileira que nasceu em 2009 e tem como missão “fortalecer a representação do setor e apoiar a evolução de um mercado de capitais capaz de financiar o desenvolvimento econômico e social local e influenciar o mercado global” (AMBIMA, s/d).

⁹ Essa citação é de Flávia Martins, gerente de marketing do Pacto Global-Rede Brasil.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544

empresarial. Para isso, são construídas articulações entre o Pacto e as empresas, mediante iniciativas que engajam as últimas¹⁰ (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

Finalmente, a realização do evento foi gestada em uma aliança público-privada, patrocinada pelo Banco do Brasil, pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, além das empresas Aegea, Allos, Ambipar Group e CBA. Entre os palestrantes, estiveram representantes de instituições públicas brasileiras, empresas, ONGs e consultorias ambientais.

Valorizações do problema

As falas dos representantes empresariais durante o evento em análise na COP-29, destacaram diversas valorizações sobre a crise ecológica-climática que formam parte das relações de poder que constroem um discurso “verde” corporativo e, por sua vez, delimitam seu escopo. Uma destas valorizações é estabelecer um sentido de urgência, utilizado para justificar ações empresariais apresentadas como transformadoras das condições atuais de risco, além de funcionar como ferramenta de modernização ecológica, legitimando operações e produtos das empresas (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

O sentido de urgência está acompanhado do chamado de ação. Nesse sentido, Henrique Leite de Vasconcelos, gerente executivo do Banco do Brasil¹¹, declarou que “[...] temos que agir, e agir agora, não é depois [...] o tempo já está atrasado, nós já estamos atrasados. Então, a gente tem que fazer as coisas imediatamente” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). Essa percepção é reforçada por declarações como a de António Guterres, que alertou para a magnitude da crise climática que “está colocando em risco nosso futuro e a vida como a conhecemos” (ONU, 2019). Esses chamados ajudam a reforçar a ordem discursiva que coloca espaços multilaterais, como a COP, como determinantes para resolver o futuro do planeta¹².

Por outra parte, a urgência da ação tem um uso político, sendo utilizada como estratégia para criar condições de legitimação para mobilizar capital financeiro. Desse modo, Marcelo

¹⁰ Flávia Martins expressou que “O Pacto já está engajado ao setor empresarial, oferecendo a possibilidade de que as empresas se engajem em mais de 10 iniciativas distintas e contribuam com resultados importantes para serem expostos durante a COP 30” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

¹¹ Banco do Brasil é uma instituição financeira brasileira, representando uma sociedade de economia mista com o Governo Federal como principal acionista. Esse Banco coloca a sustentabilidade como um valor que marca a diferença em seus negócios comerciais (Banco do Brasil, s/d).

¹² Remeter à seção anterior, quando Flávia Martins, da Rede Brasil do Pacto Global, sinalizou que “o futuro de nosso planeta” estava sendo determinado em eventos como a COP.

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Furtado, da rede de sustentabilidade de ITAÚSA¹³, justifica a necessidade de mobilizar mais recursos econômicos para favorecer a transição energética afirmando que:

[...] a gente vai bater um grau e meio este ano. Toda conversa que a gente está falando sobre o impacto das mudanças climáticas tem um significado ainda mais relevante porque nós já estamos falando de um processo que a gente chama de “*overshooting*” [ultrapassagem] [...] ou seja, nós vamos ultrapassar onde a gente deveria estar. E se a gente não trabalha muito duro, a gente vai ultrapassar e não vai voltar para um grau e meio, a gente vai ultrapassar e vai ficar em dois ou quem sabe até mais que isso (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

O problema dessas abordagens é criar uma “vontade de verdade” que gera exclusões diversas de outras realidades (Foucault, 1992), apagando saídas à crise ecológica alternativas às soluções de mercado. Dessa forma, o sentido de urgência entra em relações empresariais para modernizar a produção capitalista dominante, contribuindo para sustentar o modo de produção capitalista e criar novos nichos de mercado (Milanez, 2009). Isso representa um mecanismo para apagar conflitos sociais produzidos por esse regime de acumulação, como deslocamentos de pessoas por secas ou enchentes, assim como a privatização de bens comuns por projetos ditos “responsáveis com o ambiente”. Por isso, argumentamos que essa urgência é uma estratégia que responde a interesses de classe, instituindo-os como eixos prioritários de articulação de ações.

Outra valorização dominante, como parte da modernização ecológica, é o entendimento da natureza como parte da economia (Harvey, 2017; Mol; Spaargaren, 2000). O mesmo Marcelo Furtado, da ITAÚSA, expressou que “não só a economia é 100% dependente da natureza, mas a realidade é que a economia não paga pela natureza” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). A questão é que na construção dessa ordem do discurso estão se desvanecendo as desigualdades na capacidade de exploração e apropriação da natureza, desviando a atenção de que esse “pagamento” não é responsabilidade da sociedade como um todo. Com isso, reafirma-se um dos componentes do “consenso da sustentabilidade” que coloca uma responsabilidade compartilhada na produção da crise ecológica, ignorando que “a história do colapso climático é, essencialmente, uma história de desigualdade” (OXFAM, 2024, p. 4).

¹³ ITAÚSA é uma *holding* de investimento com presença em mais de 50 países. Seu portfólio está composto por sete empresas: Itaú Unibanco, CCR, Alpargatas, Dexco, Copa Energia e Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e Aegea Saneamento (ITAÚSA, s/d).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544

Consequentemente, a ordem do discurso “verde” corporativo articula-se em torno da ideia de que a crise é uma realidade desprovida de agentes produtores, ocultando responsabilidades específicas. Este discurso funciona como mecanismo para separar as causas das responsabilidades, apresentando um mundo sem conflitos entre classes sociais ou contradições nas formas de produção dominantes (Rodrigues, 2005, 2012). Isso representa uma das estratégias da modernização ecológica que, como parte do “novo espírito do capitalismo”, procede-se com uma apropriação — pensada aqui como uma incorporação — da crítica social para criar novas formas de legitimação e gestão do risco social (Acselrad, 2010; Boltanski; Chiapello, 2009; Lopes, 2006; Pinto, 2019).

No mundo empresarial, uma das estratégias para evitar assumir responsabilidades consiste em transferi-las para outros agentes. Mariana Malufe Spignardi, diretora de sustentabilidade da empresa Nude¹⁴, por exemplo, afirmou no evento que “99,9% das nossas emissões [dos produtos da empresa] estão na cadeia de fornecimento, no que a gente chama de escopo três [...]” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). Esse discurso desvia a atenção dos aportes da empresa, transfere responsabilidades para terceiros e justifica a própria pegada de carbono enquanto posiciona a empresa como um “modelo ambiental”. Em síntese, as valorizações do problema como parte estruturante da construção de uma ordem do discurso “verde” representam uma estratégia de poder que dita os limites da compreensão e solução do problema, além de serem utilizadas politicamente para legitimar o modo de produção dominantes e fomentar oportunidades para o surgimento de novos produtos no mercado.

Construindo formas de governar a crise

Chamayou (2020) analisa a “crise de governo” na sociedade e no mundo empresarial presente nos anos 1960 e 1970, estudando os modos como ela foi compreendida pelos agentes dominantes e as suas estratégias de resolução (Chamayou, 2020). Nesse mesmo contexto histórico, o discurso ambiental começou a ser posicionado como problema social,

¹⁴ Nude é uma empresa brasileira de produtos alimentícios de base vegetal. A empresa se apresenta como uma instituição com transparência climática, colocando em seus produtos sua pegada de carbono (Nude, s/d). Isso é promovido como um diferencial que serve como estratégia para valorizar seus produtos aos consumidores. Além disso, apresenta-se como parte do “movimento B”, o qual busca medir o sucesso empresarial considerando o eixo financeiro, social e ambiental (SistemaB-Brasil, s/d).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

principalmente a partir de três frentes: movimentos sociais, comunidade científica e organismos internacionais, os quais compreenderam a magnitude dos problemas ambientais para a vida na Terra (Jiménez, 2025). Em consequência disso, nosso argumento é que a modernização ecológica articulou a incorporação do debate ambiental no mundo empresarial (Harvey, 2017; Milanez, 2009; Mol; Spaargaren, 2000; Pinto, 2019), abrindo um campo para a criação — sob diversas maneiras de experimentação — de novas formas de governo corporativo “ambiental” e de projeção social¹⁵.

Sob os princípios da modernização ecológica, o controle dos problemas ditos “ambientais” tornar-se-ia viável por meio da harmonização entre a gestão do ambiente e o lucro econômico (Milanez, 2009). Essa perspectiva é evidente na fala de Mariana Lisbôa, diretora global de relações corporativas e licenciamento ambiental de Suzano¹⁶, que destaca que “[...] não acredito em sustentabilidade sem competitividade [...]” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). Por sua vez, isso se concebe como uma oportunidade para abrir novos campos de acumulação de capital no mercado capitalista. Nas palavras de Raíssa Saré, líder de engajamento político e economias emergentes do CDP¹⁷, as ações para manejar os riscos associados com a questão climática podem funcionar como “[...] uma oportunidade de negócios muito interessantes” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). Tal abordagem defende que a sustentabilidade, desde o olhar empresarial, é viável enquanto puder gerar condições para o crescimento econômico. Além disso, reforça o argumento de que a ordem do discurso “verde” empresarial cria condições para legitimar novas frentes de negócios sob o pretexto de “ajudar” a solucionar a crise. Desse modo, o risco da mudança climática é transformado em uma “agenda

¹⁵ Seguindo a abordagem foucaultiana desenvolvida por Chamayou (2020), “governo” é aqui entendido em sua relação com o conceito de governabilidade, que se refere a “[...] uma capacidade composta que supõe, por um lado, no que concerne ao objeto, uma disposição a ser governado, mas igualmente, por outro, no que se refere ao sujeito, uma aptidão para governar” (Chamayou, 2020, p. 22). Empregamos o conceito de “governo” não só para compreender as formas pelas quais as empresas criam condições para gerir os problemas ambientais e a crise, mas também para pensar na criação ou adaptação de sua estrutura organizativa frente a essa situação.

¹⁶ Suzano é uma empresa multinacional brasileira fabricante de produtos derivados de celulose. Em seu *website*, classifica-se como “[...] a maior fabricante de celulose do mundo, uma das maiores produtoras de papéis da América Latina e líder no segmento de papel higiênico no Brasil” (Suzano, s/d).

¹⁷ *Carbon Disclosure Project* (CDP) é uma organização global sem fins lucrativos de gerenciamento de sistemas de divulgação ambiental para a tomada de decisões. Expressam que sua visão social é que “Queremos ver um mundo em que as pessoas, o planeta e o lucro sejam realmente equilibrados” (CDP, s/d). Reforça, assim, a lógica da harmonização entre a economia e o ambiente no capitalismo.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

de negócios” e incorporado como uma “agenda estratégica da organização”¹⁸ (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

A modernização ecológica representou um movimento de reconfiguração da gestão corporativa tanto interna quanto externamente à empresa. Interessa compreender essa modernização como um processo dinâmico e aberto a mudanças. Nesse sentido, no século XXI, a modernização ecológica começou a ser articulada sob critérios “ESG” (*Environmental, Social, and Corporate Governance*). Esse termo foi oficializado em 2004, em parceria entre o Pacto Global e o Banco Mundial, os quais, por impulso da ONU, desenvolveram o relatório *Who Cares Wins* e estabeleceram a necessidade de incorporar práticas ambientais, sociais e de governança como princípios diretores da organização empresarial (Neder *et al.*, 2023). O uso político desses critérios funcionou para legitimar o papel social das empresas, além de “naturalizar” o discurso empresarial e suas ações como “ambientalmente responsáveis”. Nesse sentido, Rafael Tello, diretor de sustentabilidade da Ambipar¹⁹, afirmou que a empresa “[...] tem a sustentabilidade no nosso DNA” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

Estes critérios representam um recurso utilizado pelas empresas para influenciar e atuar no mercado para, por exemplo, criar confiança nos credores e acessar crédito ou melhores condições de financiamento. Luiz da Costa Dalla Martha, diretor de conhecimento e impacto do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)²⁰, expressou que a importância de estabelecer um governo empresarial sustentado em uma estratégia como o ESG permite

[...] criar confiança. E quando a gente fala em criar confiança, a gente tem total relação com o que o investidor está procurando, ou com o que o credor está procurando no momento em que ele vai nos conceder crédito ou vai definir taxas para nosso processo de financiamento (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

¹⁸ Nas palavras de Luiz da Costa Dalla Martha, diretor de conhecimento e impacto do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC): “[...] do ponto de vista da agenda de mudanças climáticas e da sustentabilidade, eu acho que é de fato enxergar como uma agenda de riscos e oportunidades e uma agenda de negócios. E aí de fato colocar isso na agenda estratégica da organização” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

¹⁹ Ambipar é uma empresa multinacional brasileira que oferece produtos de gestão ambiental, incluindo serviços de ESG para que outras empresas se tornem “ecológicas”, além de trabalhar no gerenciamento e resposta de crises e emergências, assim como serviços marítimos, ambientais e industriais. Destaca-se que, ao acessar o site da empresa, aparece o seguinte anúncio: “Apenas 0,02% de todas as ações globais são verdes. A Ambipar é uma delas” (Ambipar, s/d).

²⁰ O IBGC é uma organização da sociedade civil brasileira. Seu objetivo “é gerar e disseminar conhecimento em governança corporativa e influenciar os mais diversos agentes na adoção das melhores práticas, contribuindo para o desempenho sustentável das organizações e, consequentemente, para uma sociedade melhor” (IBGC, s/d).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Outro componente essencial dessa forma de governo “ambiental” é o uso de indicadores, como a “métrica de carbono”, para medir os avanços e consolidar o discurso de compromisso ambiental. Iniciativas como o “Movimento Ambição Net Zero”²¹ exemplificam esse esforço. Flávia Martins, gerente de *marketing* do Pacto Global, afirmou que essa iniciativa representa uma estratégia “[...] que reúne empresas engajadas na meta de zerar suas emissões de CO₂ [...]” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

Como resultado, a “métrica de carbono” tornou-se um modo de gestão que, empregada pelos mais diversos agentes sociais, serve não só como meio para avaliar a magnitude do problema, mas também para promover os compromissos e conquistas dos agentes econômicos (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016). Esse indicador se constitui como um eixo central ao redor do qual se constrói uma ordem do discurso “verde” que estabelece a ideia de que a resolução da crise ecológica-climática depende somente da redução das emissões. Entretanto, o que resulta é que esse proceder é funcional aos interesses dominantes de acumulação de capital, já que não coloca em questionamento os modos hegemônicos de produção capitalista, além de não permitir desenvolver uma discussão profunda sobre o regime energético que deveria ser estabelecido.

A constituição da ordem do discurso “verde” corporativo conduz à “corporificação” da questão ambiental pelas empresas, “naturalizando” práticas chamadas sustentáveis como parte integrante de sua identidade. A liderança e a tradição ambiental das empresas, como componente do discurso “verde”, passaram a ser apresentadas como valores morais que valorizam econômica e simbolicamente suas atividades. Contudo, essa ordem é funcional aos interesses empresariais, além de ser adaptada às expectativas ambientais demandadas pelo presente em crise. Isso foi evidente na fala de Rafael Tello, diretor de sustentabilidade de AMBIPAR, ao afirmar que as “[...] áreas responsáveis pelo relacionamento com *stakeholders* [...] precisam entender o que o cliente espera em relação à sustentabilidade” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). Essa postura política contribui para o entendimento da modernização ecológica corporativa como uma estratégia reformista que serve para sustentar as verdadeiras causas da crise ecológica.

²¹ Mais detalhes sobre essa iniciativa no seguinte link: <https://www.pactoglobal.org.br/movimentos/movimento-ambicao/>

Mobilização de recursos econômicos: o financiamento como condição necessária

No século XXI, frente ao aprofundamento da crise ecológica-climática, o financiamento posicionou-se em um lugar central na ordem do discurso “verde” como condição e necessidade para superar a situação presente. Isso está estreitamente associado à construção do sentido de urgência para agir. Nabil Moura Kadri, superintendente da área de meio ambiente do BNDES²², afirmou que, devido à maior intensidade dos impactos climáticos nos países em desenvolvimento, é necessário que os “[...] fluxos financeiros aconteçam de maneira ainda mais rápida e mais dinâmica” para depois agregar que, “[a] gente tem que reconhecer primeiro que, para conseguir fazer a transformação que o mundo precisa [...] a gente precisa mobilizar muito mais recursos do que a gente tem mobilizado até hoje” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). Essa estratégia pode reforçar estruturas de endividamento, reproduzir situações de dependência econômica e adiantar soluções às causas de fundo da crise.

Com o tempo, o financiamento climático global se consolidou como uma estrutura estratégica de circulação de capital em ascensão. Em 2009, a Cúpula Global sobre Clima estabeleceu a meta anual de financiamento em 100 bilhões de dólares, quantia revisada na COP-29, estabelecendo a nova meta de 300 bilhões de dólares anuais para financiar países em desenvolvimento (Schalatek, 2024; UN Climate Change, 2024). Esse valor de financiamento é semelhante ao PIB do ano 2023 de países como Finlândia, Portugal e Chile.

Diante disso, foram concebidos mecanismos e instrumentos financeiros para mobilizar esses recursos, sendo o evento do Pacto Global um dos cenários nos quais as empresas apresentam seus portfólios. O BNDES, por exemplo, apresentou o “Fundo Nacional sobre Mudança Climática” e uma linha de crédito para áreas de floresta nativa denominada “BNDES Florestas” (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024). Como parte da ordem do discurso “verde”, esses portfólios geram condições para aprofundar a mercantilização da natureza, e possibilitar o avanço da fronteira financeira como estratégia de acumulação (Smith, 2015).

Nesse cenário, o mundo empresarial apresenta-se como um conjunto de agentes em rede, criadores de soluções para desafios socioambientais e promotores de normas que regulam

²² Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública federal. O BNDES representa a instituição que o Governo Federal do Brasil usa para o financiamento de longo prazo e diversos investimentos da economia (BNDES, s/d).

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

o comportamento dos outros atores (Boltanski; Chiapello, 2009). Nessa dinâmica, cria-se um “ambiente” favorável para o surgimento de agentes articulados em torno da mobilização de recursos financeiros no mundo. Esse é o caso de duas empresas presentes no evento do Pacto Global: o “*Future Climate Group*”, organização que desenvolve projetos de crédito de carbono, e a “*Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ)*”, que visa apoiar a mobilização de mais investimentos em países em desenvolvimento (Pacto Global da ONU-Rede Brasil, 2024).

Reflexões finais

No desenvolvimento deste trabalho, percebe-se a constituição de uma ordem do discurso “verde” corporativo que articulou elementos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. Essa ordem insere-se em um movimento mais amplo de transformação do capitalismo frente às crises cíclicas multidimensionais produzidas em seu âmbito. Além disso, essa transformação constitui uma resposta do mundo corporativo às demandas sociais e às críticas relacionadas à sua contribuição para a produção da crise ecológica-climática contemporânea, respondendo mediante reconfigurações empresariais que incorporaram a questão ambiental como eixo na construção de uma ordem do discurso baseada em processos de modernização. De modo geral, interessa destacar que os problemas ambientais foram integrados no “novo espírito do capitalismo” (Boltanski; Chiapello, 2009) como estratégia de poder para abrir oportunidades criativas para o desenvolvimento e reprodução do capitalismo.

A ordem do discurso “verde” corporativa, baseada em um consenso, sustenta-se em um esvaziamento político das causas e agentes do problema. Para isso, estruturou-se um argumento estratégico: de um lado, apresenta-se a crise como uma responsabilidade compartilhada, que dilui as hierarquias e desigualdades sociais existentes; de outro, propõem-se mudanças que não desafiam radicalmente as condições dominantes de produção capitalista. No caso analisado, isso se manifestou no estabelecimento de um sentido de urgência que legitimou uma forma de agir articulada em ações que não desafiam a realidade de acumulação capitalista, mas, pelo contrário, criaram oportunidades para o surgimento de novos produtos e formas de circulação de capital.

Consequentemente, eventos como o Pacto Global-Rede Brasil, organizados e respaldados por organismos internacionais como a ONU, funcionam como espaços

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

articuladores de agentes e “boas práticas” ambientais para e do mundo empresarial. O Pacto Global atua como um espaço institucionalizado que valida, apoia e legitima valorações e soluções frente à crise ecológica, permitindo constituir uma ordem do discurso “verde” dominante. Isso ocorre porque essas *performances* públicas funcionam como espaços pedagógicos que ensinam, não somente ao mundo empresarial, mas também à sociedade em geral, a linguagem “adequada” para abordar o problema, os modos de conceituar e avaliar essa realidade, bem como as respostas “necessárias” para enfrentar a crise. Ademais, esses eventos ajudam a disseminar portfólios para o governo dos problemas ambientais e formas de financiamento para as mudanças empresariais. Por fim, esses eventos são estrategicamente apresentados como “objetivos” e despolitizados, portanto, os espaços encarregados de dirigir as transformações que o “futuro do planeta” precisa.

Em síntese, a ordem do discurso “verde” corporativo configura-se como uma arena a ser controlada visando definir os limites sociais de ação diante da crise ecológica-climática e a disseminação de uma visão de mundo que, como projeto político, busca promover mudanças no mundo empresarial sem transformar as condições de acumulação de capital. Dada sua relevância, os agentes envolvidos buscam conquistar a construção desse discurso como um mecanismo para estabelecer uma hegemonia que favoreça a reprodução de suas formas de produção. Nesse contexto, é imprescindível, como exercício político exigido pela conjuntura atual, aprofundar a crítica às estruturas discursivas que naturalizam o presente e difundem visões pretensamente neutras e despolitizadas dos problemas socioecológicos. Esse esforço crítico é vital para construir outros futuros, em um momento que exige respostas radicais à crise sistêmica em que estamos imersos.

Agradecimentos

Agradeço às pessoas avaliadoras deste trabalho pelos valiosos comentários e sugestões, de forma e conteúdo, para aprimorar a análise desenvolvida. Como sempre, o resultado do trabalho é de minha inteira responsabilidade.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Referências

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.
- ALBAREZ, N. El concepto de Hegemonía en Gramsci: una propuesta para el análisis y la acción política. **Estudios Sociales Contemporáneos**, n. 15, p. 150–160, 2016.
- AMBIMA. **Quem somos**. Disponível em: https://www.ambima.com.br/pt_br/institucional/a-ambima/posicionamento.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.
- AMBIPAR. **A Ambipar Group**. Disponível em: <https://ambipar.com/>. Acesso em: 22 jan. 2025.
- BANCO DO BRASIL. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.bb.com.br/site/sobre-nos/#/>. Acesso em: 26 jan. 2025.
- BNDES. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- BOOKCHIN, M. Nós os ecologistas, nós os anarquistas. In: BOOKCHIN, M. (Org.). **Ecologia Social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. p. 169–177.
- BRINGEL, B.; SVAMPA, M. Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”. **Nueva Sociedad**, n. 306, p. 51–70, 2023.
- CDP. **Sobre o CDP**. Disponível em: <<https://www.cdp.net/pt/about>>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- ESCOBAR, A. Reinterpretando las civilizaciones: de la crítica a las transiciones. **ARQ (Santiago)**, n. 111, p. 24–41, 2022.
- FOUCAULT, M. **El orden del discurso**. Buenos Aires: Tusquets Editores, 1992.
- GONZÁLEZ, F. El desarrollo espacial desigual como herramienta teórica-metodológica. In: HERRERA, D. (Org.). **Geopolítica**. Espacio, poder y resistencia en el siglo XXI. España: Trama y UNAM, 2020. p. 43–64.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

HAJER, M. **The Politics of Environmental Discourse**. Ecological Modernization and the Policy Process. New York: Oxford University Press, 1995.

HARVEY, D. El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (Orgs.). **Socialist Register 2004**: El “nuevo” desafío imperial. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 99–129.

HARVEY, D. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. España: IAEN y Traficantes de Sueños, 2014.

HARVEY, D. **Justicia, naturaleza y geografía de la diferencia**. Ecuador y España: IAEN y Traficantes de Sueños, 2017.

IBGC. **O IBGC**. IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/quemsomos>. Acesso em: 25 jul. 2025.

IPCC. **Climate change 2023. Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Genebra: IPCC, 2023. Disponível em: doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.

ITAÚSA. **Sobre a ITAÚSA. Quem somos**. Disponível em: <<https://www.itausa.com.br/sobre-a-itausa/quem-somos/>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

JIMÉNEZ, A. A Costa Rica na moral internacional da descarbonização: Interações políticas multiescalares. **AMBIENTES. Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 7, n. 1, p. 251–288, 2025.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, n. 25, p. 31–64, 2006.

MACHADO, R. Introdução. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. (Ed.). **Microfísica do poder**. 4 ed. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Edições Graal, 1984. p. 9–30.

MILANEZ, B. Modernização ecológica no Brasil: limites e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 77–89, 2009.

MOL, A.; SPAARGAREN, G. Ecological modernisation theory in debate: a review. **Environmental Politics**, v. 9, n. 1, p. 17–49, 2000.

MOL, A.; SPAARGAREN, G. Para uma Sociologia dos Fluxos ambientais. Uma nova agenda para a Sociologia Ambiental do século XXI. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 27–76, 2005.

MOORE, J. **El capitalismo en la trama de la vida**. Ecología y acumulación de capital. Madrid: Traficantes de sueños, 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

MOORE, J. O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason (Org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante Editora, 2022. p. 97–139.

MORENO, C.; CHASSÉ, D.; FUHR, L. **A Métrica do Carbono:** Abstrações Globais e Epistemicídio Ecológico. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boell Brasil, 2016.

NEDER, J; AFFONSO NETO, A.; MONTALVAN, R. A. V.; GOMES, P. C. dos R. Estudo dos pilares de ESG - environmental, social and governance – no contexto das empresas brasileiras. **Sistemas & Gestão**, v. 18, n. 3, p. 187–196, 2023.

NUDE. **Nude**. Disponível em: <https://heynude.com.br/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

O’CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? **Rev. Papeles de Población**, v. 6, n. 24, p. 9–35, 2000.

ONU. **COP25:** Support business efforts to tackle climate change, urges Guterres. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2019/12/1053231>. Acesso em: 21 jan. 2025.

OXFAM. **A desigualdade na emissão de carbono mata**. Reino Unido: OXFAM Internacional, 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-climatica-e-amazonia/a-desigualdade-na-emissao-de-carbono-mata/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PACTO GLOBAL DA ONU-REDE BRASIL. **Side event ‘Business & Climate Ambition’. COP 29 Baku. Pacto Global Rede Brasil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LbYPQtsov5U&t=26143s>. Acesso em: 20 nov. 2024.

PACTO GLOBAL-REDE BRASIL. **A um ano da Conferência das Partes no Brasil, Pacto Global – Rede Brasil inicia contagem regressiva e realiza evento próprio durante a COP29, em Baku**. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/noticia/a-um-ano-da-conferencia-das-partes-no-brasil-pacto-global-rede-brasil-inicia-contagem-regressiva-e-realiza-evento-proprio-durante-a-cop29-em-baku-2/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

PACTO GLOBAL-REDE BRASIL. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

PATEL, R; MOORE, J. **Natureza Barata:** uma história do mundo em sete coisas baratas. [S.l.]: Presença, 2018.

PINTO, R. **Conflitos Ambientais, Corporações e as Políticas de Risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

REDAÇÃO NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Qual é a origem da COP, uma das conferências mais importantes sobre mudanças climáticas**. Disponível em:

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2023/11/qual-e-a-origem-da-cop-uma-das-conferencias-mais-importantes-sobre-mudancas-climaticas>. Acesso em: 24 jul. 2025.

RODRIGUES, A. Problemática Ambiental = Agenda Política. Espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 83, p. 91–110, 2005.

RODRIGUES, A. La hegemonía del pensamiento neoliberal y el desarrollo sustentable. In: XII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. **Anais...** España: 2012.

SCHALATEK, L. **A decisão sobre a Nova Meta de Financiamento Climático na COP29 marcará o futuro da justiça climática e de equidade no regime climático multilateral.** Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2024/11/14/decisao-sobre-nova-meta-de-financiamento-climatico-na-cop29-marcara-o-futuro-da-justica>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SISTEMAB-BRASIL. **Sobre o Movimento B.** Disponível em: <https://sistemabbrasil.org/sobre-o-movimento-b/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SMITH, N. La naturaleza como estrategia de acumulación. In: GARCÍA, L. M.; SABATÉ, F. (Orgs.). **Neil Smith: Gentrificación urbana y desarrollo desigual.** España: Icaria, 2015.

SMITH, N. **Desarrollo desigual.** Naturaleza, capital y producción del espacio. España: Traficantes de sueños, 2020.

SUZANO. **Quem somos.** Disponível em: <https://www.suzano.com.br/suzano/quem-somos>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SWYNGEDOUW, E. El apocalipsis es decepcionante: el punto muerto despolitizado del consenso sobre el cambio climático. **Punto Sur**, v. 5, p. 6–23, 2021.

UN CLIMATE CHANGE. **Conferência do Clima da ONU COP29 concorda em triplicar o financiamento para países em desenvolvimento, protegendo vidas e meios de subsistência.** Disponível em: <https://unfccc.int/pt-pt/news/conferencia-do-clima-da-onu-cop29-concorda-em-triplicar-o-financiamento-para-paises-em>. Acesso em: 23 jan. 2025.

UN GLOBAL COMPACT. **Our mission.** Disponível em: <https://unglobalcompact.org/what-is-gc/mission>. Acesso em: 7 jan. 2025.

UNFCCC. **Conferencia de las Partes (COP).** Disponível em: <https://unfccc.int/es/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop>. Acesso em: 24 jul. 2025.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JIMÉNEZ-CORRALES, Andrés. Ordenando um discurso “verde” corporativo: usos sociopolíticos da modernização ecológica e o consenso da sustentabilidade. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 12, nº 25, e1225, 2025.

Submissão em: 25/06/2025. Aceito em: 23/08/2025.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons